



Alteração na página de consulta processual melhora acessibilidade

Os usuários do *site* da JFES contam, desde terça-feira (dia 13 de julho), com uma novidade na consulta processual. A alteração na página inclui, a partir de agora, um sistema tipo 'Captcha', que evita a ação de softwares automatizados que fazem a varredura de base de dados para capturar andamentos e peças de processos. Segundo o diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da JFES, Thiago Gegenheimer Breckenkamp, esses *softwares* automatizados "degradam os sistemas processuais, causando prejuízos aos trabalhos internos e para aqueles que utilizam os serviços do processo eletrônico".



Acessibilidade - A atual versão do sistema 'Captcha' disponível na página de consulta processual dos sites da Justiça Federal capixaba (www.jfes.jus.br) e carioca (www.jfrj.jus.br) permite maior acessibilidade por parte de usuários com deficiência visual, daltonismo, idosos com dificuldades visuais, dentre outros.

"O sistema 'Captcha' atual permite que programas utilizados por pessoas com tais limitações façam a leitura de seu texto ou utilizem programas que 'leiam' o seu texto, o que não ocorria com o sistema utilizado anteriormente", esclareceu o diretor do NTI.

Pergunta na tela - O usuário deve ficar atento à pergunta que aparece na tela, que pode solicitar, por exemplo, a quantidade de algarismos, de consoantes ou vogais. Quando a resposta à pergunta for zero ou nenhum, o quadrinho a ser preenchido é o que se encontra no final da página.

Emoção marca despedida de José Ferreira Neves

No dia 9 de julho foi realizada, em seu antigo gabinete, a despedida do mais novo membro do TRF2, desembargador federal José Ferreira Neves Neto, que ocupou o cargo de juiz titular da 1ª VF-Cível por cerca de 21 anos. O evento contou com a presença do desembargador federal aposentado Antonio Cruz Netto, da juíza federal substituta Viviany de Paula Arruda e de servidores da 1ª VF-Cível e da área administrativa do órgão. "Estou muito feliz em receber esse carinho de vocês e ainda mais agradecido pela presença do meu amigo, meu irmão, meu referencial de juiz, o doutor Cruz Netto. É um momento muito difícil para mim, estou de coração partido. Fico feliz pela ascensão profissional, mas são 23 anos de saudades que levarei no meu coração até o meu último suspiro", declarou o magistrado.

'Pernambixaba' - Pernambucano, o magistrado não poupou elogios ao Espírito Santo e ao povo capixaba. "Hoje eu sou um 'pernambixaba'". Também fez questão de destacar o carinho que tem pela equipe que o acompanhou há tanto tempo na 1ª VF-Cível: "Uma amizade que não se encerra agora, apenas ganha uma nova dimensão no espaço, porque espiritualmente eu continuo aqui".

Então decano da JFES e novo desembargador federal destacou ainda que pretende ser "uma voz do Espírito Santo no Tribunal": "Eu era o caçula quando cheguei aqui, com 32 anos. Agora somos uma Justiça expandida em relação ao que era. E, apesar desse crescimento, seus parâmetros e princípios continuam os mesmos, o mesmo senso de dever, não concorrendo, não fazendo média, apenas trabalhando no sentido de oferecer uma prestação jurisdicional da melhor maneira e no menor tempo possível. Meu gabinete de lá é o mesmo de cá. É só entrar".

Alegrias - Cruz Netto ressaltou que a JFES ganhou muito com a chegada do juiz José Ferreira Neves Neto e que o Tribunal também ganhará. "O Tribunal está de parabéns por recebê-lo lá, vai engrandecer aquela Corte". Não menos emocionados, os servidores também deixaram seus depoimentos. Raquel Valeriano Lisboa Machado declarou, com os olhos marejados: "Nosso coração está doendo. O senhor vai embora, mas nós continuamos seus eternos servidores". Rosa Maria Chaves Richa Campos, da 1ª Vara, agradeceu ao juiz pela oportunidade de aprender com ele: "Com o senhor crescemos não só no Direito, mas nas nossas vidas particulares, como exemplo de pessoa honesta e diplomática".

Exercício - Empossado no dia 5 de julho, o desembargador federal inicia seus trabalhos no TRF2 no próximo dia 15, atuando com as desembargadoras federais Salete Maccalóz (presidente) e Sandra Campos (juíza federal convocada), na 3ª Turma, especializada em matéria tributária, e terá sob sua relatoria um acervo de cinco mil processos. Acompanharão o novo desembargador federal na empreitada os servidores João César Sobrinho, José Valdir Souza Filho e Waldir da Penha.



Américo Bedê Freire Júnior assume titularidade da VF-SM

O juiz federal Américo Bedê Freire Júnior assumiu, em 08 de julho, pela primeira vez a titularidade de uma vara federal: a VF-São Mateus. Nascido no dia 26 de outubro de 1975 em Belém, Pará, Américo Bedê foi aprovado em primeiro lugar no 8º concurso para provimento de cargo de juiz federal substituto do TRF da 2ª Região, em 2002. Começou na JFES em julho do mesmo ano, em auxílio à 7ª Vara Federal. Atualmente atuava em auxílio à 2ª VF-Cível, em Vitória. Formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, fez curso de Especialização Docente em Processo Civil pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal. Já atuou como advogado, Promotor de Justiça, Procurador da Fazenda Nacional e professor de graduação e pós-graduação em Direito Tributário, Constitucional, Processo Civil e Processo Penal.



TRF da 2ª Região divulga cronograma de instalação das varas federais

A Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região informou à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, nesta quinta-feira (15), o cronograma para instalação das varas federais criadas pela Lei n. 12.011/2009, no exercício de 2010:

- 1 Vara Mista em Nova Iguaçu - 18 de agosto de 2010;
- 1 Juizado Especial no município do Rio de Janeiro/Av Venezuela - 18 de agosto de 2010;
- 1 Vara Mista em Caxias - novembro/2010;
- 1 Vara Mista em São Gonçalo - dezembro/2010;
- 1 Vara Mista em Serra (ES) - novembro/2010.

A localização dessas varas e de outra vinte que serão instaladas de 2011 até 2014, foi definida pela Resolução n. 102/2010 do Conselho da Justiça Federal (CJF). **Imprensa CJF**

“Iluminuras” entrevista ministro sobre ética e ficção

No programa Iluminuras desta semana você vai conhecer uma obra rara que traz, na íntegra, o projeto de lei que tinha o objetivo de abolir a escravidão no Brasil. O autor do projeto número 48 foi o jurista, diplomata, escritor e orador, Ruy Barbosa. (...) O programa inédito vai ao ar na TV Justiça, quarta-feira, às 22h. Horários alternativos: sábado, 18h; segunda-feira, 13h30, terça-feira, às 10h30. O Iluminuras também está em www.youtube.com/programailuminuras. **Assessoria de Comunicação do STF**

Iniciativa da Corregedoria do CNJ beneficia brasileiros que vivem no exterior

As repartições consulares do Brasil no exterior poderão emitir os novos modelos padronizados de certidão de nascimento, lançados pela Corregedoria Nacional de Justiça no ano passado e já em vigor no território nacional. Para possibilitar a emissão do documento, 185 repartições consulares brasileiras com competência para a matéria receberam um Código Nacional de Serventia, que deverá constar nas certidões, conforme previsto no Provimento 10, assinado pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, nesta terça-feira (13/07). A medida vai beneficiar os filhos de pais brasileiros nascidos no exterior, já que dará maior segurança aos documentos, evitando dúvidas sobre a sua veracidade, erros e falsificações. (...) **MB / Agência CNJ de Notícias** *Veja mais no www.cnj.jus.br*

Portal do CNJ ficará fora do ar neste final de semana

O Departamento de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Justiça informa que, no próximo final de semana, todos os sistemas de informática acessados pela internet - como o portal do CNJ (www.cnj.jus.br), o correio eletrônico, o E-CNJ (processo eletrônico) e outros sistemas coordenados pelo Conselho - estarão indisponíveis no período de 8h30 às 19h30. No sábado (17/07), a medida deve-se ao corte de energia elétrica previsto para o mesmo dia para que seja feita a alteração de voltagem dos equipamentos da sala cofre do Supremo Tribunal Federal.

No domingo (18/07), será realizada uma configuração nos equipamentos, a fim de prover maior disponibilidade aos serviços de TI. Por esse motivo, também ficarão indisponíveis, entre 8h30 e 19h30, os serviços externos. **Agência CNJ de Notícias**

Você conhece a Biblioteca da JFES?

São **1.246** títulos, **2.346** exemplares e **3.263** fascículos de revistas especializadas em Direito, para consulta e empréstimos.

Além de visitá-la, você pode consultar o acervo bibliográfico por meio do Sistema Sophia, na **intranet**. Basta clicar em "Biblioteca" e, no menu, escolher a opção "Acervo: Sistema Sophia". Aproveite esta facilidade!

Juízes da Corregedoria-Geral da JF visitam nesta segunda (19/07) presídio federal de Mossoró (RN)

Completando o ciclo de inspeções aos quatro presídios federais existentes no país, os juízes federais auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, Àvio Mozar Novaes e Erivaldo Ribeiro visitam nesta segunda-feira (19) o presídio federal da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Na semana de 5 a 9/07 os magistrados inspecionaram as penitenciárias federais de Catanduvas (PR), Campo Grande (MS) e Porto Velho (RO), sempre acompanhados pelos diretores desses estabelecimentos. Atualmente, 89 presos estão recolhidos na Penitenciária de Mossoró (RN).

O Sistema Penitenciário Federal (SPF), administrado pelo Departamento Penitenciário (Depen) do Ministério da Justiça, foi criado com a intenção de abrigar presos de alta periculosidade, principalmente os líderes de facções criminosas, que têm a sua influência sobre outros detentos neutralizada, já que ficam completamente isolados nessas unidades. Segundo o Ministério da Justiça, desde que o sistema foi inaugurado, em 2006, houve redução de mais de 80% em casos de motins e rebeliões em todo o país.

Considerados uma reprodução do modelo de unidades de segurança máxima norte-americanas, conhecidas como “Supermax”, os estabelecimentos penais federais abrigam detentos de todo o país que necessitam

ser isolados dos demais presos das penitenciárias estaduais comuns, seja porque se tornam líderes perigosos, seja porque sua integridade física está sob ameaça. Para garantir segurança máxima, essas penitenciárias possuem equipamentos de última geração e, de acordo com o Ministério da Justiça, nunca foram registradas fugas, mortes, rebeliões ou mesmo a entrada de aparelhos celulares, armas e drogas. Cada unidade possui 208 celas individuais e 200 câmeras de vídeo, que enviam as imagens em tempo real para centrais de monitoramento e para o setor de inteligência do Depen, em Brasília. Também possuem 12 celas de isolamento para presos que cumprem o Regime Disciplinar Diferenciado, aplicado como sanção contra atos de indisciplina.

As visitas feitas pelos juízes da Corregedoria-Geral da Justiça Federal às penitenciárias federais estão sendo acompanhadas pela Assessoria de Comunicação Social do CJF, inclusive com a equipe de TV do Centro de Produção da Justiça Federal (CPJUS), que é coordenado pelo CJF. É a primeira vez que uma equipe de televisão registra imagens dessas penitenciárias e mostra a rotina dos agentes federais e os procedimentos junto aos internos: a vigilância, o rigor imposto às visitas, além do dia a dia dos presos mais perigosos do país. **Imprensa CJF**

Via Legal destaca a importância e as dificuldades para se patentear um produto

Em todo o país, milhares de pessoas dedicam grande parte da vida às invenções. Quem faz isso sonha em ficar rico, descobrir a cura para uma doença grave ou simplesmente deixar a vida mais prática. Mas, para garantir o sucesso do investimento, é preciso patentear o produto. Nesta semana, o Via Legal discute este tema e mostra por que é tão importante fazer o registro no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, o INPI. Direto do Rio de Janeiro, Viviane Rosa explica as consequências da falta do documento. O homem que criou o identificador de chamadas telefônicas, por exemplo, ainda briga na Justiça para receber participação nas vendas do aparelho.

Ainda sobre o assunto, Erica Resende repercute a decisão judicial tomada em São Paulo que acaba com a obrigatoriedade da contratação de um procurador na hora de pedir os registros. O entendimento é que o próprio inventor pode tomar as providências necessárias para patentear a criação. A burocracia e a demora no processo estão entre as reclamações de quem precisa fazer o registro para evitar que a ideia seja copiada e reproduzida por outras pessoas.

Embora esteja relacionada a problemas e a punições, a perda da cidadania nem sempre é algo negativo. Juliano Domingues conta a história de um africano que, na tentativa de fugir da guerra, acabou virando um clandestino no Brasil. Andrimana nasceu em Burundi, um pequeno

país da região central da África. Por ordem da Justiça Federal, ele foi oficializado como um sem pátria e, desta forma, conquistou o direito de viver como um cidadão brasileiro.

De Brasília, o destaque é o aumento na procura pelo ensino à distância. Atualmente, um milhão de estudantes estão matriculados nestes cursos. Há dez anos, eles eram apenas 5 mil. Alessandra de Castro explica o que diz a lei que regulamenta este modelo de educação e por que nem todos os cursos são reconhecidos pelo mercado. O Ministério da Educação garante que fiscaliza com rigor os que têm autorização para funcionar.

O programa traz ainda uma reportagem sobre a conquista de uma aldeia indígena do Rio Grande do Sul. O governo federal foi condenado a construir 30 casas na comunidade em que os moradores viviam em condições precárias. Foi preciso a intervenção da Justiça para garantir o direito assegurado em lei.

O Via Legal é exibido nas TVs Cultura, Brasil, Justiça e mais de 25 emissoras regionais. Confira os horários de exibição e assista também pela internet. www.vialegal.cjf.jus.br ou www.programavialegal.blogspot.com. Horários de exibição: TV JUSTIÇA (canal 95): dia 21 de julho às 21h30, dia 25 de julho às 18h. REDE CULTURA: dia 24 de julho 7h, dia 26 de julho às 7h. TV BRASIL – DF (canal 2): dia 25 de julho às 6h. **Equipe Via Legal**